

CONTRIBUTOS DA SOCIEDADE PARA A REDUÇÃO DO RISCO EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

FÁTIMA VELEZ DE CASTRO
LUCIANO LOURENÇO
(COORDS.)



RISCOS
E C A T Á S T R O F E S

||U

ESTRUTURAS EDITORIAIS

Série Riscos e Catástrofes

Estudos Cindínicos

ANTIGOS DIRETORES | FORMER MAIN EDITORS

Luciano Lourenço

Universidade de Coimbra

DIRETOR PRINCIPAL | MAIN EDITOR

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra

DIRETORES ADJUNTOS | ASSISTANT EDITORS

Adélia Nunes, Bruno Martins, João Luís Fernandes | António Vieira

Universidade de Coimbra

Universidade do Minho

ASSISTENTE EDITORIAL | EDITORIAL ASSISTANT

Fernando Félix

Universidade de Coimbra

COMISSÃO CIENTÍFICA | EDITORIAL BOARD

Ana Meira Castro

Instituto Superior de Engenharia do Porto

Angela Santos

Universidade de Lisboa

António Duarte Amaro

Escola Superior de Saúde do Alcoitão

António Betâmio de Almeida

Instituto Superior Técnico

Cristina Queirós

Universidade do Porto

Felícia Fonseca

Instituto Politécnico de Bragança

Fernando Granja Martins

Universidade do Algarve

Helena Fernandez

Universidade do Algarve

Humberto Varum

Universidade de Aveiro

José Simão Antunes do Carmo

Universidade de Coimbra

Maria José Roxo

Universidade Nova de Lisboa

Mário Talaia

Universidade de Aveiro

Miguel Castro

Instituto Politécnico de Portalegre

Paulo Nossa

Universidade de Coimbra

Romero Bandeira

Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto

Tomás de Figueiredo

Instituto Politécnico de Bragança

Antenora Maria da Mata Siqueira

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Carla Juscélia Oliveira Souza

Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

Esteban Castro

University of Newcastle, Reino Unido

José António Vega

Centro de Investigación Forestal de Lourizán, Espanha

José Arnaez Vadillo

Universidad de La Rioja, Espanha

Lidia Esther Romero Martín

Universidad Las Palmas de Gran Canaria, Espanha

Maria Augusta Fernández Moreno

Universidad Católica do Equador, Equador

Miguel Castillo Soto

Universidad do Chile

Mohammed El-Fengour

University of Rabat, Marrocos

Monserrat Díaz-Raviña

Inst. de Investigaciones Agrobiológicas de Galicia, Espanha

Norma Valencio

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Ricardo Alvarez

Florida Atlantic University, Estados Unidos da América

Teresa da Silva Rosa

Universidade Vila Velha, Brasil

Virginia Araceli García Acosta

Universidad Nacional Autónoma de México

Xavier Ubeda Cartaña

Universidad de Barcelona, Espanha

Yvette Veyret

Université Paris X, França

CONTRIBUTOS DA SOCIEDADE PARA A REDUÇÃO DO RISCO EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

FÁTIMA VELEZ DE CASTRO
LUCIANO LOURENÇO
(COORDS.)



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Imagem de Chil Vera por Pixabay

PRÉ-IMPRESSÃO

Fernando Félix

EXECUÇÃO GRÁFICA

KDP

ISBN

978-989-26-2545-4

ISBN DIGITAL

978-989-26-2546-1

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2546-1>

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	9
Conflito e pobreza: que relação? Maria Clara Oliveira	13
Quem define quem é vulnerável – um comparativo entre mapeamentos de vulnerabilidades e riscos Júlia Boelter Nickel e Lindberg Nascimento Júnior	33
Perfil de populações vulneráveis a desastres na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, Brasil Leandro Torres Di Gregorio e Carlos Alberto Pereira Soares	55
Cambio climático, derecho y vulnerabilidad social. El riesgo de inundación en el Gran Buenos Aires / Gran La Plata, Argentina Besalú Parkinson, Inés Camilloni, Cecilia Hidalgo e Claudia E. Natenzon	77
Elementos para um seguro adequado no caso das cheias: o caso do rio Vez Glória Gonçalves e Maria Augusta Fernandez Moreno	117
Catástrofes no Brasil: ponto de rutura ou de culminância da produção socioespacial da inexistência? Norma Valêncio	137
Os Territórios do Medo – a Dimensão social do Risco depois do fogo. Os incêndios de outubro de 2017 na Pampilhosa da Serra (Portugal) Maria Jorge Ferro, Fátima Velez de Castro e Vera Barata	163
Democracia em confinamento ou uma nova era de cidadania digital? Cidades, envolvimento cívico e orçamentos participativos em tempos de pandemia Miguel Silva Graça	189
Supergentrificação, turistificação e os riscos de insustentabilidade social no centro histórico de Lisboa Luis Mendes	215
Vulnerabilidad social de las mujeres afrodescendientes frente a situaciones de amenaza en Colômbia Olga Lissette Sierra Bonilla e Yolanda Teresa Hernández Peña	247

SUMÁRIO

Entre o universal e o singular: a importância do particular para o enfrentamento dos desastres em Campos dos Goytacazes Adriana Soares Dutra e Juliana Thimóteo Nazareno Mendes	261
Catadores e catadoras de materiais recicláveis em Rondonia. Entre a marginalidade e a integração social Maria Madalena Ferreira, Monica G. Monteiro Feitosa e Lúcio Cunha	285
Entre ganhos e perdas: a trajetória social dos trabalhadores rurais sem-terra em territórios do agronegócio canavieiro no Brasil Rosemeire Aparecida Scopinho e Thainara Granero de Melo	303
Quando caem os astros: riscos, catástrofes e paisagens de desespero Reginaldo José de Souza, Eliezer Bosa e Nubia Steffanea Alves Lemos	328
CONCLUSÃO	351

PREFÁCIO

Como é sabido, as populações mais vulneráveis são sempre as mais afetadas, quando qualquer tipo de risco se manifesta.

Ora, até aqui não há nada de novo, pois todos sabemos bem que a penúria económica leva a que determinadas populações se instalem em locais menos favoráveis a essa instalação e, por conseguinte, sendo mais desfavorecidos, tornam-se mais suscetíveis às consequências das plenas manifestações de riscos, quer estas tenham origem em fenómenos da natureza, quer a sua génese seja, direta ou indiretamente, provocada pelo ser humano, isto é, de causa antrópica.

Deste modo, tanto a sociedade como, em particular, o poder político têm obrigação de contribuir para a redução dos vários tipos de riscos que podem atingir as populações, especialmente as mais vulneráveis.

Esta obra, ao dedicar-se ao tema, deve ser entendida como um produto da sociedade do conhecimento que, através da exemplificação de casos práticos estudados pelos autores, visa colaborar nesta difícil tarefa da redução do risco.

O livro começa por apresentar quatro textos, que servem de enquadramento ao problema, para, depois, dar conta de dez situações concretas, pois nada melhor do que percorrer o território para verificar como as manifestações dos riscos se materializam e nele observar como as populações mais vulneráveis são as mais atingidas pela manifestação de riscos.

Os dez exemplos destas diferentes situações ajudam a compreender não só como a vulnerabilidade faz parte do risco, mas também, e sobretudo, como a chamada vulnerabilidade social, que deveríamos chamar antes de fragilidade social ou, porventura, de sensibilidade social, por corresponder às características intrínsecas dos elementos que constituem uma determinada sociedade, faz ampliar as consequências da manifestação do risco, ou seja, os danos causados pela exposição a um determinado processo, seja ele de natureza física ou humana.

Com efeito, só conhecendo os riscos os poderemos prevenir, evitando a sua manifestação, quando possível, e, quanto tal não é possível, reduzindo a extensão dos danos, isto é, dos efeitos nocivos que a manifestação de um qualquer processo pode provocar.

Não tendo dúvidas de que este volume da série Riscos e Catástrofes contribui para aumentar o conhecimento da sociedade sobre a manifestação de alguns riscos, estou também certo de que aumentará o conhecimento da sociedade sobre a redução do risco e, desta forma, será outro dos possíveis contributos da sociedade para a redução do risco em populações vulneráveis.

Goulinho, 18 de novembro de 2023

Luciano Lourenço

INTRODUÇÃO

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra, NICIF, RISCOS e CEIS20 (Portugal)

Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo

ORCID: 0000-0003-3927-0748 velezcastro@fl.uc.pt

Em 2019, a RISCOS deu à estampa o volume “*Catástrofes Antrópicas. Uma Aproximação Integral*”, coordenado por Luciano Lourenço e Fátima Velez de Castro. Na altura, constatava-se que havia necessidade de se produzir uma obra onde fossem sistematizadas dimensões particulares de fenómenos cindínicos no âmbito tecnológico e social, cuja produção e divulgação científica vinha decorrendo de forma dispersa. Numa lógica interdisciplinar, reuniu-se um conjunto de estudos de autoras e autores de diversas áreas científicas, cujas visões epistemológicas e metodológicas diferenciadas, permitiram dar pistas para linhas investigação futuras.

Tal ponto de partida deu origem a este livro, que agora se publica, e que se foca sobretudo na diversidade e complexidade contextual dos riscos sociais, apresentando, como o próprio título indica, “*Contributos da Sociedade para a Redução do Risco em Populações Vulneráveis*”. São catorze capítulos sobre temas diversos, onde se reflete sobre casos concretos de populações em risco, adstritas a territórios com fragilidades estruturais.

A obra inicia-se com o capítulo “*Conflito e pobreza: que relação?*” e Maria Clara Oliveira, onde se discute o nexos que se estabelece entre pobreza e conflito. A autora sistematiza o debate em torno das consequências dos conflitos armados na pobreza, examinando esta relação do ponto de vista institucional, a nível microeconómico e também a nível sistémico. Segue-se uma reflexão sobre “*Quem define quem é vulnerável – um comparativo entre mapeamentos de vulnerabilidades e riscos*”, da autoria Júlia Nickel e Lindberg Nascimento Júnio, que realizaram a análise da convergência entre os resultados de dois índices de vulnerabilidade social para o estado de Santa Catarina (Brasil), através de uma carta síntese em escala municipal. O resultado desta investigação apontou para a dificuldade de concordância, a qual revela insuficiência da utilização de índices isolados para o mapeamento dessas populações. Leandro Torres Di Gregório e Carlos Soares apresentam o “*Perfil de*

populações vulneráveis a desastres na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro-Brasil”, trabalho que tem como objetivo traçar um perfil das populações vulneráveis a catástrofes na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, a partir da pesquisa de campo efetuada com desabrigados no município de São José do Vale do Rio Preto, após o desastre de 2011, o terceiro maior do Brasil em número de mortes. No capítulo seguinte, intitulado “*Cambio climático, derecho y vulnerabilidad social. El riesgo de inundación en el Gran Buenos Aires / Gran La Plata, Argentina*”, escrito por Aurora Parkinson, Inés Camilloni, Cecilia Hidalgo e Claudia Natenzon, é trazido ao debate o tema das alterações climáticas, confrontando-se as dinâmicas ambientais com os dispositivos que os seres humanos utilizam para planejar e ordenar o mundo social. O uso de leis e de regulamentos nem sempre vai ao encontro das necessidades das populações mais vulneráveis, o que acaba por gerar situações de conflito. Já Glória Gonçalves e Maria Augusta Moreno apresentam “*Elementos para um seguro adequado no caso das cheias: o caso do rio Vez*”. As autoras fazem a identificação geográfica dos centroides das cheias, a partir da localização geográfica de indivíduos em situação de vulnerabilidade socioambiental, levando-as a propor elementos mais precisos para a definição de apólices mais justas, quer para as seguradoras, quer para os grupos populacionais em perigo. Segue-se o trabalho “*Catástrofes no Brasil: ponto de rutura ou de culminância da produção socioespacial da inexistência?*” da autoria de Norma Valêncio, que discorre sobre a definição de “catástrofe”, a qual pode apresentar uma conotação ambígua, uma vez que, concomitantemente, denota uma variação entre rutura e continuidade. Partindo do debate sociológico recente sobre essas duas facetas das catástrofes, a autora faz uma reflexão para o caso brasileiro. “*Os Territórios do Medo – a Dimensão social do Risco depois do fogo. Os incêndios de outubro de 2017 na Pampilhosa da Serra (Portugal)*” é o capítulo apresentado por Maria Jorge Ferro, Fátima Velez de Castro e Vera Barata. As autoras propõem-se discutir aspetos psicológicos e relacionais que assentam em conseqüências inesperadas, decorrentes de uma situação de risco misto, neste caso os incêndios de 2017, na Pampilhosa da Serra, Portugal. Pretende-se compreender os mecanismos do medo, do stress pós-traumático e do apego das populações afetadas, e de como tal se reflete na relação com o território, com o propósito de abrir caminhos para a compreensão deste tipo de

fenómenos cindínicos, do ponto de vista social, com vista ao desenvolvimento de possíveis ações de suporte, apoio e remediação após a catástrofe, nas comunidades afetadas. Miguel Silva Graça apresenta o trabalho *“Democracia em confinamento ou uma nova era de cidadania digital? Cidades, envolvimento cívico e orçamentos participativos em tempos de pandemia”*, onde o autor defende que no campo da participação cidadã, o “Orçamento Participativo” tem vindo a conquistar uma posição de referência mundial nos últimos 30 anos. Todavia, a emergência sanitária causada pela doença COVID-19, teve uma repercussão gigantesca nos processos participativos, e especialmente aqueles que dependem de interações presenciais, causando impactos negativos no acesso às pessoas mais desfavorecidas, vulneráveis ou sub-representadas. Portugal não foi exceção e, neste capítulo, o autor faz uma reflexão sobre o fenómeno. Também à escala nacional, Luis Mendes discute o tema da *“Supergentrificação, turistificação e os riscos de insustentabilidade social no centro histórico de Lisboa”*, tendo em conta o fato da cidade de Lisboa, de 2009 e 2019, ter vivido um pico de projeção internacional enquanto destino turístico, ao mesmo tempo que o seu mercado de habitação atraiu dinâmicas globais de procura e de investimento estrangeiro, que fomentou a gentrificação, turistificação e financeirização da habitação. Tal fato tem vindo a agudizar o processo de despovoamento do centro histórico, colocando em risco a sustentabilidade social deste território. Já no caso da América Latina, Olga Bonilla e Yolanda Peña são as autoras de *“Vulnerabilidad social de las mujeres afrodescendientes frente a situaciones de amenaza en Colômbia”*. Este capítulo apresenta uma reflexão sobre a dimensão histórica da vulnerabilidade na interseccionalidade das mulheres afro na Colômbia, contribuindo para a discussão atual sobre a construção de territórios e grupos sociais com poucas capacidades para enfrentar os desafios de um mundo em mudança. *“Entre o universal e o singular: a importância do particular para o enfrentamento dos desastres em Campos dos Goytacazes”*, é o trabalho de Adriana Dutra e Juliana Mendes, onde são apresentados elementos relativos à perceção de riscos e de catástrofes relacionados com a água, assim como formas de enfrentamento adotadas por moradores de Campos dos Goytacazes, Brasil. Segue-se o capítulo *“Catadores e catadoras de materiais recicláveis em Rondônia. Entre a marginalidade e a integração social”*, de Maria Madalena Ferreira, Mónica Feitosa e Lúcio Cunha. Os autores

procuram demonstrar os resultados de pesquisas sobre “catadores e catadoras” realizadas em Porto Velho, Rondônia. O exercício da função destas pessoas é permeado de conflitos interpessoais, exclusão socioeconômica, discriminação junto das comunidades onde realizam a coleta diária, pelo que é defendido o acesso aos benefícios e políticas públicas inclusivas. Rosemeire Scopinho e Thainara Melo apresentam o trabalho “*Entre ganhos e perdas: a trajetória social dos trabalhadores rurais sem terra em territórios do agronegócio canavieiro no Brasil*”, onde refletem sobre a questão social dos trabalhadores rurais das agroindústrias canavieiras, uma das mais importantes na produção de commodities, nomeadamente sobre a trajetória social dessa população, em busca de melhores condições de vida. Entre ganhos e perdas, permanecem os riscos e a insegurança sobre a posse da terra e a vulnerabilidade social. A obra termina com o capítulo de Reginaldo Souza, Eliezer Bosa e Nubia Lemos, intitulado “*Quando caem os astros: riscos, catástrofes e paisagens de desespero*”, o qual tem como objetivo analisar, a partir dos traumas psicológicos e paisagísticos, uma tragédia ocorrida no município brasileiro de Brumadinho, estado de Minas Gerais. Os autores problematizam os impactos psicológicos de quem sobreviveu, o que pode ser algo a ser considerado nas análises geográficas sobre a transformação ou produção do espaço, como mercadoria na economia atual.

Esperamos que a leitura deste livro possa contribuir para o debate temático de contextos de risco de populações vulneráveis, abrindo caminho para a construção de territórios mais seguros.

ENTRE O UNIVERSAL E O SINGULAR:
A IMPORTÂNCIA DO PARTICULAR PARA O
ENFRENTAMENTO DOS DESASTRES EM
CAMPOS DOS GOYTACAZES
BETWEEN THE UNIVERSAL AND THE SINGLE:
THE IMPORTANCE OF THE PARTICULAR
FOR COPING WITH DISASTERS IN
CAMPOS DOS GOYTACAZES

Adriana Soares Dutra

Universidade Federal Fluminense (Brasil)
Inst. de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Dept.º de Serviço Social de Campos
ORCID: 0000-0002-4636-2504 adrianadutra@id.uff.br

Juliana Thimóteo Nazareno Mendes

Universidade Federal Fluminense (Brasil)
Inst. de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Dept.º de Serviço Social de Campos
ORCID: 0000-0001-6327-8518 juliana_mendes@id.uff.br

Sumário: O capítulo apresenta elementos relativos à percepção de riscos e de desastres relacionados à água e formas de enfrentamento adotadas por moradores de Campos dos Goytacazes – Brasil, tendo como base entrevistas com a população afetada e um grupo focal realizado com jovens. Identificou-se aspectos genéricos e outros focalizados nas interpretações sobre os desastres e fortes laços de solidariedade no seu atravessamento. Ao acionar o Estado, as políticas sociais e as formas de mobilização coletivas, o estudo aponta o particular como mediação necessária para o enfrentamento das vulnerabilidades vivenciadas por estes segmentos.

Palavras-chave: Percepção de risco, processos de vulnerabilização, mediação.

Abstract: The chapter presents elements concerning the perceptions of risks and disasters related to water and the methods people use to deal with it in Campos dos Goytacazes, Brazil, based on interviews with the affected population and a focus group carried out with young people. We identified generic aspects and others focused on interpretations of the disasters, as well as strong bonds of solidarity between those who live there. When the state, social politics, and forms of collective mobilization move to help, the study points out the particular as necessary mediation to solve the problems experienced by those people.

Keywords: Perception of risks, vulnerable process, mediation.

Introdução

Campos dos Goytacazes é um município marcado por muitas contradições. Situado a 280 quilômetros ao norte da capital, é conhecido pela cultura da cana-de-acúcar e também pela exploração e produção de petróleo, atividades econômicas que acirraram as desigualdades sociais na região, em especial a partir da década de 1970 (J. Cruz, 2003). Com uma população estimada de 514.643 habitantes (IBGE, 2021), em 2019 possuía PIB de R\$ 57.329,81 per capita, ocupando o 15º lugar no estado e o 296º no país. Em que pese as altas cifras, o salário médio dos trabalhadores formais em 2020 não ultrapassava 2,2 salários mínimos e o percentual da população ocupada não chegava a 20%. Acrescenta-se ainda que no mesmo ano 37,7 % possuía rendimentos de até ½ salário mínimo. (IBGE, 2021)

Em relação à extensão territorial, ainda de acordo com os dados do IBGE (2021), trata-se do maior município do estado do Rio de Janeiro e o 372º do país.

Última cidade a acabar com a escravidão no Brasil, grande parte das terras permanece concentrada nas mãos de pequenos grupos, deixando para a maior parcela da população as áreas mais suscetíveis aos riscos ambientais e com menor investimento do poder público.

Seu povoamento se deu sobre uma planície de inundações, caracterizada por relevos suaves e com baixas declividades, banhados por rios, lagoas, brejos e canais

que fazem parte das bacias hidrográficas do Rio Itabapoana e do Rio Paraíba do Sul. Com isso, registros de alagamentos e inundações são encontrados desde o século XIX (H. Rodrigues, 1988), ocasionando danos consideráveis para segmentos sociais, especialmente aqueles afetados pelos processos de vulnerabilização (H. Acsehrad, 2006). Mas, nos deteremos no período mais recente, no qual os desastres continuam afetando parcela significativa da população, em diferentes áreas do município. Estudos realizados por Siqueira *et al.* (2018) indicam que entre 2003 e 2011, Campos dos Goytacazes foi acometido por 6 situações, consideradas pelas autoras como de desastres relacionados à água (inundações e contaminação de mananciais), afetando 490.145 pessoas e deixando um total de 68.288 desalojados e 13.863 desabrigados. Entre 2003 e 2016, 7.004 residências populares foram danificadas e 200 foram destruídas no município (A. Dutra, *et al.*, 2022). Muitas pessoas foram afetadas mais de uma vez pelos impactos.

Assim, este capítulo apresenta elementos relativos à percepção de riscos e de desastres relacionados à água e formas de enfrentamento adotadas pela população afetada em Campos dos Goytacazes, e constitui um recorte da pesquisa denominada “Mobilização social e enfrentamento de desastres ambientais em Campos dos Goytacazes, no norte fluminense/RJ”¹ realizada no âmbito no Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais da Universidade Federal Fluminense (NESA/UFF).

A pesquisa teve como principal objetivo identificar e analisar a emergência de processos de mobilização e organização dos atingidos em contextos de desastres ambientais, para o enfrentamento e recuperação dos seus ambientes e da sua vida cotidiana no município de Campos dos Goytacazes/RJ, entre os anos de 2003 e 2018, e abrangeu atividades de campo em duas localidades do município frequentemente afetados por inundações - Santo Eduardo e Ururai, além da realização de um grupo focal com estudantes do curso de Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense, que residiam em áreas com histórico de enchentes e inundações.

¹ A pesquisa possui financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). As opiniões emitidas são de responsabilidade das autoras e não necessariamente expressam os posicionamentos das agências citadas.

Como metodologia, em Santo Eduardo foram realizadas 20 entrevistas em profundidade com moradores afetados por desastres e aplicados 54 questionários survey. As entrevistas foram transcritas e sua análise foi inspirada na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011).

Já o grupo focal foi realizado com seis estudantes do curso de graduação em Serviço Social, sendo todas as participantes mulheres, com idade entre 23 e 34 anos. Destas, duas residiam em localidades que foram diretamente afetadas por situações de inundações e as demais foram atingidas indiretamente, por residirem em áreas próximas aos eventos.

O grupo focal e parte das entrevistas foram realizados de forma remota, em função da Pandemia da Covid-19, seguindo as recomendações das “Orientações para procedimentos em pesquisa com qualquer etapa em ambiente virtual”, emitida pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde, em 24 de fevereiro de 2021. A participação nas atividades foi voluntária².

Assim, com base nas informações geradas pelos moradores de Santo Eduardo durante as entrevistas e pelos participantes do grupo focal, busca-se realizar uma reflexão sobre a importância do particular como mediação para o enfrentamento das vulnerabilidades vivenciadas por estes segmentos.

Para isso, este capítulo se organiza em quatro momentos. No primeiro foram levantados aspectos relacionados aos desastres, à forma como têm sido abordados hegemonicamente, assim como a necessidade de compreensão de tais situações como processos sociais. Em seguida, passou-se à apresentação das formas como a população afetada percebe e enfrenta os desastres no seu cotidiano. No terceiro momento, buscou-se refletir criticamente sobre tais questões, a partir de aspectos relacionados à realidade de Campos dos Goytacazes e ao sistema capitalista vigente para, por fim, abordar a mobilização e a organização coletivas como meio de proteção, politização e enfrentamento aos riscos e aos desastres.

² Autorização do Comitê de Ética de Pesquisa com seres humanos: Parecer nº 3.464.569 de 22 de julho de 2019.

Desastres relacionados a água: do aspecto biofísico ao processo social

O debate acerca dos desastres socioambientais, sobretudo no âmbito da sociologia, traz como referência comum a compreensão de que estes não podem ser considerados apenas um fenômeno biofísico, mas, sobretudo, um processo socialmente construído, em que se considerem a estrutura social e as condições de vida como elementos que tendem a potencializar as suas consequências.

Neste sentido, para entender os desastres é preciso ir além do momento em que o impacto ocorreu e das suas expressões mais imediatas. De acordo com Valencio (2015) é preciso considerar as relações sociais, econômicas e políticas que se estabelecem naquele determinado contexto sócio-histórico que permitem identificar padrões de vulnerabilidades que forjam os desastres e que podem ocasionar outras crises a partir do impacto, como também, considerar os valores dos envolvidos que vão orientar os significados e as perdas havidas, bem como as prioridades de recuperação do desastre.

Muito tem se produzido sobre os desastres e seus aspectos biofísicos, mas os processos que perpassam a vida cotidiana dos sujeitos e que se relacionam com os momentos que antecedem a chamada crise aguda do desastre, as formas de enfrentamento e de superação encontradas, em especial, sob a ótica a população afetada ainda são pouco enfatizados. Assim, a centralidade das abordagens acaba por estar no discurso técnico-científico e nas respostas do Estado.

Portanto, olhar para o cotidiano das famílias afetadas tendo como base os significados atribuídos por elas ao desastre, assim como as formas de enfrentamento encontradas torna-se passo fundamental. Consideramos que o cotidiano é a base necessária para a prática social (J. Netto; M. Carvalho, 1996). Por meio da arte da intermediação, podem ser gerados efeitos imprevisíveis e, até mesmo, revolucionários.

No entanto, para apreender a vida cotidiana, é preciso adotar três perspectivas convergentes, como sinalizado por Netto e Carvalho (1996) a partir dos estudos do Lefebvre. A primeira é apreender o dado sensível e prático, as subjetividades, as emoções, hábitos e comportamentos. A segunda é aprendê-la como processo de estruturação e desestruturação, ou seja, em sua totalidade concreta. E por fim, compreender que nela estão as possibilidades de transformações da própria realidade.

Com base nestas etapas, no próximo item serão apresentadas as formas como os sujeitos enfrentam e percebem os desastres pelos quais foram afetados direta ou indiretamente, ao longo de suas trajetórias de vida.

Sociabilidade primária como forma de enfrentamento aos desastres

Como já sinalizado, o município de Campos dos Goytacazes, RJ, é uma região de baixada, formada por rios, lagos, brejos e cortada pelo Rio Paraíba do Sul, como se verifica no mapa abaixo (fig. 1):

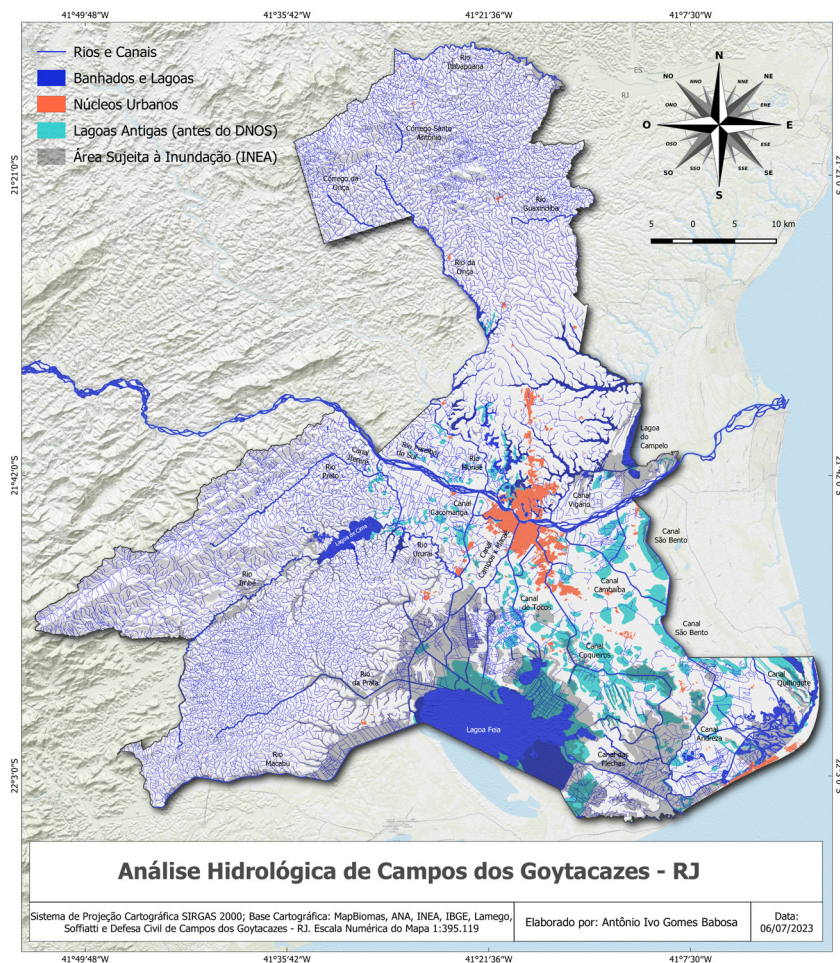


Fig. 1 - Mapa hidrográfico do município de Campos dos Goytacazes (Imagem produzida por Antônio Ivo Gomes Barbosa e cedida para este trabalho).

Fig. 1 - Hydrographic map of the city of Campos dos Goytacazes (Image produced by Antônio Ivo Gomes Barbosa and provided for this study).

Em função do desenvolvimento urbano ter se dado em áreas alagadiças, de pântanos e brejos, sujeitos a constantes enchentes e inundações, foram realizadas várias reformas urbanas, com grandes obras como drenagem de lagoas e construção de diques de contenção, que valorizaram a área central, conferindo funcionalidade e atendendo as expectativas da burguesia local. Por outro lado, as áreas periféricas ficaram sem investimentos significativos, sendo desvalorizadas, e conseqüentemente, ocupadas pelas camadas mais pobres da população, tornando este segmento sujeito aos desastres relacionados à água, já que tende a ocupar as áreas mais próximas aos rios e lagos e sem investimento público adequado em infraestrutura.

São nestas regiões periféricas que residem os sujeitos da pesquisa em questão e que têm em comum o fato de terem sido afetados por enchentes e inundações de pequenas e grandes proporções ao longo das suas trajetórias de vida

Ao relembrares essas experiências, a primeira reação das participantes do grupo focal foi externar os sentimentos:

“No meu caso são os meus avós que moram no Parque Leopoldina/ Caju e quando ocorreu a inundação, chegou bem próximo a rua deles. Lembro que eu era criança e achei aquilo tudo muito assustador. Ficou vários dias com as ruas totalmente inundadas dificultando o acesso” (L.V).

“Eu moro em Lagoa de Cima né, próximo ao Imbé e aqui em 2008 foi horrível. Horrível porque eu moro próximo ao rio e a enchente quando vem a gente já fica assustado porque é assim, a questão de um dia para o outro a água entrar dentro das casas (...). É horrível gente, é a pior coisa que existe. Muito ruim a pessoa ficar isolada sem ter pra onde correr” (J.T.).

“Eu moro aqui na localidade de Três Vendas. Já moro aqui há 17 anos. Vim para cá em 2004, com 10 anos de idade e quando a gente se mudou para cá a gente não sabia que aqui vinha água de enchente Então a gente pegou essa primeira enchente de 2008. Foi horrível, horrível porque a gente não estava preparada” (S.A.).

Na memória dos desastres, os sentimentos de medo, angústia e ansiedade também estiveram presentes entre os moradores de Santo Eduardo. O relato das perdas materiais vem acompanhado da dor. O que nos remete ao sofrimento social, conforme abordado por Valencio (2014), demonstrando que as recordações não acompanham o tempo cronológico dos fatores biofísicos, mas permanecem vivas na memória daqueles que experienciaram a destruição ocasionada pelos desastres.

“Tinha 8 anos, mas eu lembro sim, [...] Eu tinha 8, meu irmão tinha 6, meu avô idoso, minha avó idosa, minha bisavó muito mais [...] A gente perdeu. Roupa lavou, mas guarda roupa, cama, colchão, sofá, a gente perdeu tudo...” (J.G)-

Nas formas de enfrentamento adotadas pela população em relação aos desastres, observou-se a existência de fortes laços de solidariedade mobilizados especialmente no momento da crise aguda. Familiares, vizinhos e amigos foram recorrentemente mencionados como os sujeitos que contribuem mais significativamente para a sua superação, revelando o poder da sociabilidade primária, nesse contexto. O apoio local vai desde a comunicação sobre a percepção dos riscos, passando pelo deslocamento da população enferma e com dificuldade de locomoção, pelo acolhimento das pessoas mais afetadas e guarda de seus pertences por aqueles que possuem residência com algum nível de proteção, ou seja, localizadas nos pontos mais altos dos bairros, até a aquisição de suprimentos e lavagem das casas e objetos após a diminuição do volume de água.

Aqueles que se encontram em uma situação um pouco melhor se desdobram para auxiliarem os demais, como fica evidenciado nos relatos dos entrevistados

“A gente se ajuda aqui, se ajuda. Eu por exemplo já botei muita gente acima da minha casa, minha casa é um sobrado, eu alojei o pessoal em cima da minha casa na, na laje, porque não deu tempo de correr, e primeiro que minha casa é de fundo pro valão e a água na rua tava um metro e meio de altura, então não tinha como sair, tinha que subir” (C.A).

“O bom daqui é que quando tem, aparece um pessoal na rua que ainda ajuda a gente a tirar alguma coisa, entende?” (N.A).

“Um ajuda o outro e é assim” (M.R).

“Eu comprei o que eu pude de alimentos, entendeu? Inclusive de uma das vezes, em 75, eu vim pronta porque eu vim mais rápido que pude, eu comprei toda produção de pão dentro da maior padaria que tinha em (cita o nome da cidade em que morava à época) ...Trouxe remédios, trouxe alimentos... Em 2006 da mesma forma, entendeu? Fui lá na escola e entreguei às responsáveis pela distribuição, entendeu? [...]E agora em 2012 eu trouxe alimentos também, remédios, tudo o que eu pude conseguir lá, enquanto eu não podia viajar, eu trouxe doação de amigos médicos, trouxe remédios, primeiros socorros, entendeu? Teve alimentos. Tudo o que eu pude trazer, no momento, pra ajudar, eu trouxe” (E.O).

As igrejas também foram citadas, por parte do público da pesquisa, como instituições importantes no processo de apoio às comunidades, seja na disponibilização de abrigos, seja de alimentos e água. Além disso, uma participante relatou que os membros da igreja conhecem a comunidade, e por isso, sabem onde e a quem prestar auxílio. Foi possível perceber que, em algumas das situações relatadas, as igrejas foram as primeiras instituições a auxiliarem os moradores, chegando mais rápido, e às vezes, de forma mais eficiente que o poder público.

Também não foram ausentes os relatos que indicaram que o enfrentamento dos desastres ocorre no âmbito familiar, uma vez que, de acordo com a gravidade do impacto, a condição de desproteção atinge aos vizinhos de igual forma.

Embora o sentimento de pertencimento ao lugar seja bastante presente, alguns mencionaram mudança de residência como alternativa para mitigar os problemas ocasionados pelas inundações. Ainda que acompanhado do desejo de permanência no bairro.

“[...] meus pais até falaram assim: “não, a gente não vai comprar pra colocar aqui de novo, porque senão a água vai vim e vai molhar. Ai vai comprar quando for pra outra casa, que aí vai ficar no alto, aí vai ser melhor” (L.S).

“Então, sempre quando tem enchente a gente, eu saía de casa. Minha mãe sempre alugava casa em outro local ou se não ia pra casa das minhas irmãs. Mas, assim, demorava dois, três meses assim porque tem que esperar secar para poder verificar se a casa tá em bom estado também para a gente poder voltar. Mas demora muito porque fica aquele cheiro de... aquele cheiro ruim de lodo. Sei lá, não sei nem explicar, e demora bastante” (J.T).

Diferentemente do discurso técnico hegemônico que recorrentemente desconsidera a percepção de risco da população, tendo em vista as frequentes resistências encontradas nos casos de tentativa de deslocamento destes segmentos, observou-se, a partir das falas, que tais riscos são percebidos, gerando sofrimento, conforme expresso por uma das entrevistadas *“A gente vive numa situação de tensão diária, olhou tem nuvem escura no céu a gente já fica apreensiva” (M.O).*

Conscientes dos riscos aos quais estão expostos, alguns relataram que, gradativamente, foram adotando medidas nos momentos que precedem ao período de chuvas para a mitigação dos danos, como novas formas de organização e guarda de pertences, construção de comportas e do segundo andar nas residências, como é possível observar nos relatos abaixo:

“A maioria das minhas coisas estão tudo na laje da minha casa. Entendeu? De tudo, roupa, documento, tudo, eu coloco em cima do meu duplex, porque tem aquelas partes de madeira boa, ele é bem alto, entendeu? A gente tira tudo de baixo. A minha casa fica pelada, vira uma revolução só. É de endoidar, porque depois a gente procura as coisas e não lembra onde tá, porque a gente esquece tudo. Vai lembrar que tá lá em cima na laje? Tem prateleiras bem alta na minha dispensa pra colocar as coisas. Entendeu? Muita gente já construiu em cima da laje. Muita gente ... pra evitar entrar água...” (E.O).

“No período da faculdade eu sempre tinha que ir para outro lugar, porque não tinha como ficar, pois o ônibus não passava. A gente mudava. Aí, todo mundo do bairro pegava, colocava as coisas para cima. Subir as coisas como a gente falava lá” (J.T).

“Na época, eu e minha mãe fomos com uma vizinha que trabalhava numa fazenda próximo daqui, na localidade chamada Sapucaia que é bem pertinho daqui. Lá é um morrinho um pouquinho alto, então, a água não chegaria lá. Então a gente pegou as coisas. Botamos na laje o que a gente pode. Eu lembro que na época tinha um guarda-roupa enorme que minha mãe tinha comprado e não dava para tirar ele. Só saía desmontado e naquela correria, não dava tempo. Aí a gente saiu daqui com água já entrando. Eu lembro que foi uma cena horrível! Assim a gente atravessando a pista para poder ir para essa fazenda e a água já entrando na canela. Na época a gente chegou a ficar nessa fazenda uns três ou quatro dias” (S.A.).

Em alguns casos esta percepção também produz ações mais coletivas, como a utilização de instrumentos de medição do nível de água do rio, confeccionados pelos próprios moradores:

“Meu marido na época fez a medição na beirada do rio... [...] É, botou, né, até dois metros e dez, eu acho. Entendeu? Aí as pessoas fica controlando a água com essa medição” (M.T).

“Eu lembro que meu pai, ele tinha um medidor né, tipo ele que colocou uma trena em um pedaço de trem lá aí ele deixava na água. Ele ficava analisando: oh subiu mais não sei quanto em dois dias, subiu não sei quanto. É melhor já ficar prestando atenção. Aí quando chegava, quando as pessoas viam que realmente ia entrar nas casas em qualquer momento, aí já começava a subir tudo. Botava tipo pedaços de madeira assim que normalmente as casas lá onde minha mãe mora não são de

laje aí eles colocavam na cumieira. Eu acho que chama assim. E botava tudo para cima. O que pudesse colocava para cima o que não pudesse infelizmente perdia” (J.T).

“Quando vai começando encher a gente começa a vigiar através das reportagens dos jornais locais. Sempre estão atualizando e as pessoas, quando começa encher Itaperuna, a gente começa a ficar em alerta. Ou quando falam que “Ah, Cardoso Moreira já está debaixo da água”, a gente fala “Bom, se Cardoso Moreira tá aqui pode ser que que vem” então a gente mais ou menos já se prepara. (...) Aqui a gente vigia. Como é que a gente sabe como é que tá a altura da água? A gente vai para pista de madrugada... em período de enchente a gente até brinca aqui. Aqui bomba de gente porque é de noite, de madrugada, de manhã tem várias pessoas na pista para vigiar a água. Eles improvisam para marcar o território pra saber se, tipo assim, se na noite anterior a água chegou a tal ponto e no dia seguinte ultrapassou, aí eles mesmo calculam... Oh no andar da carruagem pode ser que teremos enchente aqui mais para o lado da tarde, são os próprios moradores mesmo” (S.A).

Se, por um lado, os laços de solidariedade são evidenciados nos relatos sobre os enfrentamentos dos desastres como algo positivo e fundamental para a superação dos momentos de crise aguda, por outro a noção de direito e a vocalização no que tange ao papel do Estado, às atribuições do poder público e a das políticas sociais tornam-se praticamente invisíveis.

Sobre a atuação do Estado, algumas participantes do grupo focal destacaram a fragilidade das ações no momento da resposta e a ausência nos períodos pré e pós crise, sobretudo no campo da Assistência Social, como se verifica abaixo:

“Eu acredito que aqui em Lagoa de Cima a questão da assistência nesse período de enchente seria essencial. Não fazer só uma análise no período da enchente, mas uma análise antes para saber quais assim, os desfalques, qual ausência, do que mais se tem no período de enchente entendeu para fazer uma prevenção para não precisar entre aspas “tapar buraco” quando

acontecer. Mas fazer uma prevenção na questão da assistência mesmo, porque a questão ambiental acredito que não tem muito que se fazer né, mas a questão da assistência porque lá tem muitas crianças, muitas mães que tem vários filhos e tal e muita das vezes desempregadas”(J.T).

“O que eu vi em 2019 eram os grupos de assistentes sociais batendo cabeça aqui, Andava aqui, andava cá mas parecia que elas estavam mais perdidas, porque elas não conheciam aqui. Não é um território que elas estão familiarizadas, eu até não julgo. Mas eu acho que deveria, nesses pontos específicos, onde acontece esse tipo de situação, como no Imbé, aqui em Três Vendas e Lagoa de Cima de ter uma equipe mesmo junto com a Defesa Civil entendeu e perguntar... pra quando tiver uma enchente já saber exatamente aonde tem que intervir quais são as situações emergenciais e não só dá cesta básica (...). Mas, tentar intervir de uma maneira, sei lá, mais ativa” (S.A).

As responsabilidades pelos impactos dos desastres são frequentemente atribuídas aos próprios moradores, sobretudo no que se refere ao descarte inadequado dos resíduos produzidos na localidade.

“Sempre jogaram lixo, agora diminuiu de tanta campanha do governo. A prefeitura manda recolher regularmente três vezes por semana, é a única coisa boa que nós temos, entendeu? Mas mesmo assim tem muita gente que não se conscientizou e ainda joga lixo dentro do valão. O esgoto é todo da usina daqui, tudo, de onde ele vem até aqui, o esgoto é todo jogado dentro, sem tratamento nenhum” (E.O).

“As pessoas não têm educação, e muitas vezes não têm saneamento em suas casas, jogam lixo nesse valão. E o pior é que o poder público de Campos abandonou Santo Eduardo” (M. M.).

“Tipo assim, essas casas, eu não sei se é terreno legal, porque aqui tem uma ferrovia né, então assim, no terreno dessa ferrovia as pessoas constroem casas, por exemplo, sem pagar o terreno é da, do governo

federal, eu não entendo muito bem disso, e eles simplesmente constroem casas na beirada. Nessas casas na beirada do rio eu não sei, entendeu, então eu acho que a gente tá se aproximando muito da natureza, tá invadindo demais. E assim, aqui eles queimam muito pasto, muito mesmo, tem costume de queimar pasto. Então eu acho que tudo isso interfere né na, no clima, na natureza” (J. G).

Nesse sentido, as causas dos desastres ainda são pouco problematizadas, dando margem à naturalização.

“Desde quando eu sou pequena acontece, assim, não tem um, nunca parei pra pensar assim ah o porquê. É claro que a gente sabe que tem coisas assim que vem aumentando por causa da questão da poluição, das queimadas, assim, tudo mais... ”(L.S.)

“Não tenho o que dizer. Porque, acho que acontece mesmo porque tem que acontecer né” (M. T)

“Acho que é porque a gente mora dentro da água (risos), porque o valão é aqui, passa aqui perto aqui, então com tudo o que o rio enche, enche o valão.; acho que é coisa da vida mesmo.”

“A gente que tem que se cuidar, e Deus ajudar né” (H. M).

“É, assim, eu às vezes eu vejo como um desastre mas às vezes eu também vejo como a natureza tomando posse daquilo que é dela porque dizem que ali onde minha mãe mora que é próximo daqui, que já existia, já teve uma enchente parecida em 2008 há muitos anos atrás ali. Quando as pessoas falavam assim comigo “ah já veio a água aqui na rua”, eu falei “ih para de doideira isso nunca vai acontecer” e quando eu vi acontecendo eu falei é a natureza né tomando posse do que que é dela” (J.T)

Uma vez que o desastre é naturalizado, torna-se difícil aventar possibilidades de alteração desta realidade, conforme observado nos relatos apresentados a seguir:

“Não tem como precaver, nem tem como se defender e nem como resolver o problema da cheia não” (C. O).

“A gente já entendeu que não tem como melhorar a situação porque aqui é o lugar da água” (S.A).

Na localidade de Santo Eduardo ocorreram alguns empreendimentos como a construção de uma hidrelétrica e a existência de um criadouro de peixes que afetaram o curso e o volume de água dos rios, mas apenas três moradores apontaram essas questões ao serem indagados sobre as causas dos desastres.

Entre as participantes do grupo focal, uma fez o seguinte relato em relação ao bairro que reside:

“[...] depois que veio essa [enchente] de 2014 eu procurei saber, gente mas porque aqui é um lugar que vem enchente né, e aí aqui qualquer um passa na BR aqui para ir para Itaperuna vai ver que aqui é um buraco né. Aqui não era nem para ser um bairro pra falar a verdade, mas antigamente... inclusive eu cheguei fazer um trabalho falando dos bairros aí eu fiz uma pesquisa e aí eu descobri que isso aqui era pasto e aí era pasto... e aqui era como se fosse uma terra aí tinha o proprietário que começou a vender, porque na época e isso já há muitos anos, aqui tem a usina de Sapucaia e antigamente tinha uma usina em Outeiro e como os moradores... como os trabalhadores precisavam seria até mais em conta eles morarem perto da onde trabalham então começaram a comprar, e aí Três Vendas foi se expandindo cada vez mais só que aqui é o lugar da água a maioria dos moradores mais antigos fala que por mais que a gente queira lutar não tem como, não tem como ter uma solução” (S.A).

A localização da comunidade de Três Vendas contribui para a naturalização do risco, já que está em uma planície de inundação do Rio Muriaé. Por se localizar próxima à foz, as intervenções humanas feitas ao longo do curso do rio resultam em um aumento de vazão e velocidade das águas, intensificando as enchentes e inundações (T. Torres, 2014). No entanto, tais aspectos não são considerados pelos moradores.

O particular como mediação para o enfrentamento dos desastres

Entre os aspectos evidenciados a partir destes relatos está o fato de as explicações sobre as causas dos desastres transitarem entre o universal e o singular, sem que fosse identificada uma problematização de questões de ordem particular. Interpretações genéricas e outras bastante focalizadas foram utilizadas tanto na explicação sobre os desastres e suas causas como para o seu enfrentamento. Contudo, sem a presença do particular como “[...] expressão lógica das categorias de mediação entre os homens singulares e a sociedade” (G. Lukács, 2018, p.96), elas se tornam insuficientes para a compreensão e para a formulação de respostas mais efetivas à realidade posta.

De acordo com Pontes (1997, p.81), “[...] o particular constitui uma mediação com alto poder de dinamismo e articulação”, locus da dialética aparência-essência.

“No plano da realidade, o particular representa a mediação concreta entre os homens singulares e a sociedade; a particularidade da vida humana está eivada da singularidade dos “fatos irrepetíveis” e saturada da universalidade, que é a legalidade que articula e impulsiona a totalidade social.

A particularidade é, em última análise, - como bem exprime a plástica figura usada por Lukács -, um campo de mediações. É um espaço onde a legalidade universal se singulariza e a imediatividade do singular se universaliza” (R. Pontes, 1997, p.86).

Nesse sentido, “[...] o fato de essência, fenômeno e aparência não coincidirem, não implica que sejam polaridades” (R. Pontes, 1997, p. 83). As mudanças climáticas, o

aquecimento global, e outros aspectos vocalizados pelos sujeitos entrevistados no plano global, assim como formas de comportamento reproduzidas pela população local não devem ser desconsiderados, pois fazem parte da realidade, dos processos e dilemas ambientais experimentados no tempo presente. Mas precisam ser analisados e compreendidos de forma articulada aos aspectos sociais e históricos do município, como a cultura conservadora, o clientelismo, a injustiça ambiental, a produção das vulnerabilidades e a outros aspectos. Para Lukács (2018, 9. 106), “[...] *Quanto mais autêntica e profundamente os nexos da realidade, suas leis e contradições vierem concebidos – de um modo aproximativamente adequado – sob a forma da universalidade, de um modo tanto mais concreto, dúctil e exato poderá ser compreendido também o singular*”.

Deste modo, faz-se necessário refletir sobre as múltiplas determinações sócio-históricas que não são visíveis em um primeiro momento, mas que são fundamentais para a compreensão da realidade, a partir da articulação entre singular, particular e universal. O resgate de aspectos relacionados ao *modus operandi* do sistema capitalista e à formação social de Campos dos Goytacazes constitui elemento imprescindível neste processo, contribuindo, a partir de uma leitura da realidade que tenha a totalidade como perspectiva, para o (re)pensar de alternativas às situações de desastres vivenciadas no município, uma vez que “[...] *a aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade*” (G. Lukács, 2018, p. 107).

De acordo com Siqueira *et al.* (2018) as intervenções antrópicas, ao longo da história de Campos dos Goytacazes, foram contribuindo para a produção e intensificação dos processos de desastres ambientais. Historicamente, as obras de drenagens causaram impactos ambientais e explicitaram os conflitos entre a elite local agroindustrial, os pescadores e pequenos proprietários rurais. Com a extinção do Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS, foram os proprietários rurais e donos das usinas que passaram a controlar as estruturas hidráulicas e a operarem as comportas e barragens dos cursos d’água, em favor dos seus próprios interesses. De acordo com Soffiati (2018, *apud* A. Siqueira *et al.*, 2018) os proprietários rurais construíram vários diques para ampliarem as áreas de suas fazendas. Tal situação contribuiu para um dos maiores desastres ambientais da história de Campos, ocorrido em 2008, que levou a intervenção do Ministério

Público Estadual para que alguns diques fossem explodidos a fim de permitir o escoamento das águas.

Com isso, na formação socioespacial do território de Campos, há uma marca profunda das diretrizes econômicas e políticas por parte dos grandes donos de terras, que ainda buscam manter seu controle e domínio sobre os recursos hídricos.

Nos relatos ficou evidente a precariedade do poder público no apoio aos moradores, seja nos momentos pré, durante e após a crise aguda dos desastres. A atuação foi pontuada como emergencial, ocorrendo apenas depois do impacto. Neste sentido, a ação é de providenciar, quando possível, o escoamento da água, por meio de bombas e a assistência aos desabrigados, por meio da oferta de abrigos provisórios ou oferta de itens de primeira necessidade como alimentos, água, colchões e medicamentos. Portanto, entram em cena os trabalhadores, sobretudo da Defesa Civil e da Assistência Social, com destaque para os assistentes sociais. E, no pós-crise, considerando a reincidência em algumas áreas, a realização de políticas habitacionais que promovem o deslocamento das famílias, levando-as para áreas consideradas mais “seguras”.

Acrescenta-se que tal tipo de intervenção é atravessada por características clientelistas e populistas, marcas do Estado brasileiro bastante presentes no município de Campos dos Goytacazes, em que as elites econômico-políticas, pouco ou quase nada, se comprometeram com qualquer defesa mais contundente dos direitos dos cidadãos.

No cenário contemporâneo, tais aspectos não só se mantêm, mas também se intensificam com a busca do capital por novas formas de assegurar a produção e a acumulação da riqueza privada, por meio de uma “ofensiva restauradora” (A. Mota, 2018), que dentre outras dimensões, tem levado o Estado atuar no âmbito da expropriação dos direitos sociais, pela via da desregulamentação do trabalho e da privatização e mercantilização das políticas e serviços sociais.

Como consequência, as respostas às situações de riscos e vulnerabilidades, bem como aos desastres têm sido pontuais, fragmentadas e desarticuladas, com pouca ou nenhuma participação dos usuários dos serviços públicos. Assim, o Estado se subordina aos interesses do capital, deixando de cumprir sua função protetiva, no que se refere às expressões da questão social, ao mesmo tempo que as potencializa.

Nesse sentido, pode-se indagar até que ponto o acionamento das redes de sociabilidade primária, evidenciado nos relatos, pode expressar uma inação ou incapacidade do Estado e das políticas públicas no que se refere às demandas dos segmentos afetados, concretizando mais uma etapa do abandono nos termos de Valencio *et al.* (2011).

Ademais, compreender o processo em questão requer ainda apreender os efeitos que discursos individualizantes ou excessivamente genéricos exercem no sistema social vigente.

Marx e Engels (2001) alertam para o processo social e político histórico a partir do qual a classe burguesa utiliza o universal com o objetivo de disseminar seus valores e seus interesses particulares para que sejam apropriados pelo conjunto dos trabalhadores. O qual ganha contornos ainda mais acentuados diante da mundialização do capital, com ênfase no capital financeiro, da reestruturação produtiva, do neoliberalismo, da exacerbação do individualismo e do neoconservadorismo. Assim, a forma de ver o mundo pautada em aspectos que não explicam a sua constituição, escamoteia os antagonismos de classes e desfavorece a formação de espaços coletivos e críticos.

Tal processo se reproduz com intensidade quando a atenção se volta para a questão ambiental, apreendida hegemonicamente como uma questão acima das classes, o movimento de tratá-la como um problema de todos não é novo.

Sob a influência neoliberal e da difusão da ideia que defende o fim das lutas de classes, o ambiente aparece como um problema da humanidade que coloca a todos em um mesmo barco. Este processo tem sido denunciado por estudiosos, movimentos sociais vinculados à teoria crítica, uma vez que não oferece ferramentas para o enfrentamento dos dilemas postos na realidade (I. Mészáros, 2000). Ao contrário, advoga pela busca de uma união entre desiguais, gerando abstrações que mais omitem as responsabilidades e contradições do sistema capitalista do que contribuem para o seu enfrentamento e superação.

Por outro lado, também não é novo o processo de individualização das expressões da chamada questão social. Embora tenha sua origem na divisão social do trabalho e nos conflitos decorrentes dela, Yamamoto (2001) chama a atenção para os riscos de sua pulverização e fragmentação, o que funciona como forma de legitimar a

culpabilização das classes subalternas em relação aos problemas sociais e ambientais vivenciados em seu cotidiano.

Historicamente, esta lógica tem impulsionado ações que vêm contribuindo para a desterritorialização dos pobres, na medida em que uma determinada noção de riscos se coloca a serviço dos setores econômicos interessados em partes da cidade e do campo ocupadas pelos mais pobres (H. Acselrad, 2002; D. Harvey, 2014), intensificando o processo de injustiça ambiental.

Mobilização coletiva como caminho para proteção

A sensação da ação política como algo “impossível” ou “impotente” caracteriza o tempo presente, enquanto a realidade exige formas de contestação e formulação de alternativas para o sistema social vigente (P. Dardot e C. Laval, 2017). Reflexo de um processo que tem início na década de 1970, com a crise estrutural do capitalismo e que se intensifica em 1990, no qual as transformações do mundo do trabalho e a conformação do Estado possuem grande relevância (M. Menegat, 2013), a ausência de processos associativos politizados, direcionados para a reivindicação e o atendimento das demandas também aparece em outros estudos realizados no Brasil.

De acordo com Duriguetto, Souza e Silva (2009) as organizações, quando existentes, são marcadas pelo pragmatismo, sem a apresentação de alternativas ao capital. Nesse contexto, torna-se necessário o resgate da importância dos movimentos sociais que, em outro momento histórico, foram responsáveis por politizar e tornar pública a questão social, assim como da sociedade civil como espaço de organização das classes, no sentido atribuído por Gramsci.

Estudos sobre o desastre do Rio Doce, que emergiu com o rompimento da barragem do Fundão, de responsabilidade das empresas Vale S.A. e BHP Billiton, no município de Mariana – Minas Gerais - Brasil, em 05 de novembro de 2015, indica a “conjuntura crítica” como geradora de novas formas de mobilização tanto no âmbito do Estado como da sociedade civil (L. Souza e E. Carlos, 2019).

No caso da sociedade civil, as autoras apontam tanto a emergência de novos movimentos, ativistas e formatos de organização popular, como a participação ativa de movimentos pré-existentes.

“Dos segmentos previamente existentes nos territórios observam-se diversas associações civis (pescadores, moradores, artesãos, culturais, esportivas), movimentos sociais (direitos humanos, ambientalistas e agrícolas, como o Movimento de Pequenos Agricultores-MPA e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST), sindicatos (trabalhadores rurais, bancários, comerciários, industriais, servidores públicos) e associações religiosas (Comissão Justiça e Paz-CJP, Cáritas, pastorais, entre outras) [...]”

Das modalidades emergentes de ação coletiva, o rompimento da barragem e a chegada da lama de rejeitos no território capixaba impulsionaram a criação de fóruns da sociedade civil, em nível estadual e local, a exemplo do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce, do Fórum SOS Rio Doce, do Fórum Foz Norte e Fórum Foz Sul. Considerado uma inovação organizacional, o Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce Políticas públicas e mobilização social no contexto do desastre no Rio Doce surgiu com o objetivo de monitorar as ações de responsabilização da empresa causadora do desastre, cobrar a adoção de medidas reparatorias dos impactos ambientais e humanos, cobrar a adoção de medidas para prevenção de novos desastres, e promover a articulação entre movimentos, organizações sociais e atingidos a fim de tornar pública a causa (L. Souza, E. Carlos, 2019, p. 72-73).

O Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, criado em 1991, com forte atuação no contexto nacional, é apontado como protagonista na organização dos Fóruns.

Ainda que os resultados preliminares da pesquisa “Mobilização social e enfrentamento de desastres ambientais em Campos dos Goytacazes, no norte fluminense/RJ” indiquem que as mobilizações são mais frequentes nos contextos de desastres nos quais empresas figuram como principais responsáveis, também é possível encontrar formas de organização criadas a partir de desastres que tenham um fator biofísico como elemento desencadeador. Este é o caso do Movimento do Aluguel Social e Moradia de Petrópolis, da Associação das Vítimas das Chuvas de

Teresópolis - AVIT, ambos criados após um desastre irromper com as fortes chuvas no interior do estado do Rio de Janeiro - Brasil, no ano de 2011, levando 905 pessoas à morte, segundo dados oficiais, e da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida Humana – SOS Atafona, formada por moradores de Atafona que desde meados da década de 1970 vêm a localidade desaparecer, sendo engolida pelo avanço do mar na região.

Trata-se de associações, movimentos com diferentes abrangências e formas de mobilização e organização que têm em comum o esforço de se reconhecerem como agentes políticos, evidenciando a resistência e luta pelo território (M. Vargas, 2019).

Nos casos abordados neste estudo, compreende-se que o forte sentimento de pertencimento ao lugar, assim como o sofrimento social gerado pelos desastres podem contribuir para a mobilização dos segmentos populares afetados, em um processo dinâmico de articulação entre experiências pessoais e coletivas. A mobilização pode funcionar como importante ferramenta para a elevação da percepção dos riscos, contribuindo para sua antecipação, conforme argumentam Nunes e Castro (2018), assim como levando a uma compreensão mais ampliada em relação à forma como são produzidos e distribuídos na sociedade e às medidas necessárias para a proteção, o que envolve tanto os sujeitos afetados ou potencialmente afetados, como o Estado, em especial no que tange à formulação e execução de políticas públicas e sociais.

Conclusões

Neste capítulo, ao olhar para os desastres relacionados à água, a partir da vida cotidiana dos sujeitos afetados direta ou indiretamente, buscou-se apreendê-los não apenas pelo dado sensível e prático, que tende a se manifestar na aparência do fenômeno, mas também como processo de estruturação e desestruturação da vida social dos afetados e da comunidade, desvendado por meio do particular, como mediação entre o singular e o genérico.

Os resultados da pesquisa indicaram que os sujeitos afetados pouco estabelecem esta mediação, enfatizando ora aspectos singulares, ora genéricos dos desastres. Neste

sentido, os enfrentamentos e as respostas tendem a ter como centralidade ações mais individualizadas e restritas aos grupos familiares e comunitários próximos, desprovidas de uma atenção mais incisiva do Estado na dimensão do direito.

Compreende-se que os laços de solidariedade podem funcionar como importante contributo das comunidades para minimizar os desastres e seus impactos. Por meio deles, estratégias para a construção de formas de mobilização e de participação popular podem ser estabelecidas.

Ainda que a organização coletiva antes do impacto dos desastres como medida necessária para a prevenção e mitigação dos riscos e dos processos de vulnerabilização seja um objetivo a ser alcançado, não se pode desconsiderar a crise aguda como fator de mobilização, a partir do qual novas estratégias e ações podem surgir. Todavia, para que elas sejam mais efetivas no enfrentamento dos desastres, considerar as especificidades do particular na relação com as demais esferas da vida social torna-se tarefa fundamental.

Bibliografia

- Acsegrad, H. (2006). Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. *II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Acsegrad, H. (2002, jan./jun.). Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 5, Paraná, 49-60.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*, Edições 70, Lisboa, 226 p.
- Bernardo, A. N., Ramos, C. R. de A., Monteiro, C. G., Ammar, V. V. C. (2021). Vozes dos atingidos por desastres: experiências de organização no estado do Rio de Janeiro. In Siqueira, A.M. da M., Dutra, A.S., Mendes, J.T.N, Valencio, N (Org.) - *Riscos e desastres socioambientais: abordagens interdisciplinares*, Essentia, Campos dos Goytacazes, v.23, n.1, 201 - 212.
- Cantanhede, V. P. P., Amorim, R. R. (2016). Uso do modelo digital de elevação na análise morfométrica do relevo: o estudo de caso do município de Campos dos Goytacazes-RJ. *XI SINAGEO: Geomorfologia: compartimentação de paisagem, processo e dinâmica*. Maringá, Paraná, Brasil. Disponível: <http://www.sinageo.org.br/2016/trabalhos/6/6-13-255.html>, acessado a 23/08/2022.
- Chauí, M. (2017). Crítica e Ideologia. In: Chauí, M., Rocha, A. (Org.). *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro: Escritos de Marilena Chauí*, vol. 2. Autêntica Editora, São Paulo, 117-146.
- Cruz, J. L. V. da (2003). *Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000. (Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 338 p.
- Dardot, P., Laval, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Boitempo Editorial, São Paulo, 535 p.
- Durigueto, M. L., Souza, A. R. de, Silva, K. N. (2009, jan./jun.). Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. *Revista Katálysis*, v. 12, Florianópolis, 13-21.

- Dutra, A. S., Bernardo, A.N., Siqueira, A.M. da M. (2022) As inundações no norte fluminense como forma de expressão da questão social. e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense. In Moraes, C. A. de S; Mendes, J.T. N. (Org.). *A Questão Social no Norte Fluminense: expressões e enfrentamentos*. Essentia, Campos dos Goytacazes, 111-129.
- Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes*. Do direito à cidade à revolução urbana, Martins Fontes, São Paulo, 289 p.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2021). *IBGE Cidades*: Campos dos Goytacazes, IBGE, Rio de Janeiro. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>, acessado a 24/08 2022.
- Iamamoto, M. V. (2001, jan./jul). A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis*, ano 2, nº 3., Brasília, 9-32.
- Lukács, G. (2018). *Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética*, Instituto Lukács, São Paulo, 272 p.
- Marx, K. e Engels, F. (2001). *A Ideologia Alemã*. Martins Fontes, Rio de Janeiro, 106 p.
- Menegat, M. (2013). Unidos por catástrofes permanentes: o que há de novo nos movimentos sociais da América Latina. In Paula, Dilma Andrade de; Mendonça, Sonia Regina de (Org.). *Sociedade civil: ensaios históricos*, Paco Editorial, Jundiá, 87-100.
- Mészáros, I. (2000). A crise estrutural do Capital. *Revista Outubro*, v 4, n. 2, 7-15.
- Mota, A. E. (2018). Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. In Boschetti, Ivanete (Org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 167-186.
- Netto, J. P., Carvalho, M. C. B. (1996). *Cotidiano: conhecimento e crítica*, Cortez Editora, São Paulo, 93 p.
- Nunes, A., Castro, F. V. de. (2018) Questões metodológicas da análise e avaliação do risco. In Lourenço, L., Amaro, A. (Coords.) *Riscos e crises. Da teoria à plena manifestação*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 147-177. DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1697-1_5
- Pontes, R. N. (1997). *Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social*, Cortez Editora, São Paulo, 198 p.
- Rodrigues, H. S. (1988). *Na Tabla dos Goytacazes*, Imprensa Oficial, 319 p.
- Siqueira, A. M. da M., Azeredo, L. F. dos S., Alexandre, P. S. S., Nascimento, C. C. (2018). Tragédias anunciadas: conflitos sociais em contexto de desastre ambiental em Campos dos Goytacazes (RJ). *XVI ENPESS: em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social*, UFES, Vitória, Espírito Santo, Brasil.
- Souza, L. A. M de., Carlos, E. (2019, mai/ago). Políticas públicas e mobilização social no contexto do desastre no Rio Doce. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 2, 56-81.
- Torres, T. F. (2014). Processos de urbanização e problemas de drenagem em áreas ambientalmente frágeis: estudo de caso da localidade de Três Vendas, município de Campos dos Goytacazes/RJ. *IV Seminário sobre gestão de recursos hídricos*. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.
- Valencio, N. (2014). Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.19, n. 9, Disponível: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mgDC4L9wdshN9rj3GLV3PVv/abstract/?lang=pt> 03/08/2022.3632 - 3643
- Valencio, N., Siena, M., Marchezini, V. (2011). *Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados*, Conselho Federal de Psicologia, Brasília, 160 p.
- Valencio, N. (2015). Desastres normais: das raízes aos rumos de uma dinâmica tecnopolítica perversa. In Siqueira, A., Valencio, N.; Siena, M., Malagoli, M. A (Org.) *Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos*, RiMa Editora, São Paulo, 79-120.
- Vargas, M. A. R. (2019). Estamos Juntos, Estamos Vivos e Somos Muitos: desastre e resistência - a voz dos atingidos em Mariana/MG. *Revista Indisciplinar*, v. 5, 322-342.

CONCLUSÃO

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra, NICIF, RISCOS e CEIS20 (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
ORCID: 0000-0003-3927-0748 velezcastro@fl.uc.pt

A interdisciplinaridade que caracteriza esta obra, permitiu uma leitura dos “*Contributos da Sociedade para a Redução do Risco em Populações Vulneráveis*”, com base em visões epistemológicas, metodológicas e analíticas diferenciadas. Sendo esse o espírito da RISCOS, pretendeu-se induzir nas leitoras e nos leitores, inquietações que fazem parte dos territórios vividos por populações expostas a potenciais situações de risco e catástrofe. Nesse sentido, pode-se assumir a existência de quatro grandes núcleos de conteúdos neste livro.

O primeiro diz respeito à relação bidirecional entre a questão da pobreza e do conflito, assim como a discussão estabelecida em torno do estabelecimento do que se entende ser o perfil das denominadas populações vulneráveis. Para isso, tenta-se estabelecer quadros de compreensão da vulnerabilidade como fenómeno social, associada a determinados contextos físicos e humanos de fragilidade. O segundo núcleo de conteúdo entreliga a problemática do risco, da vulnerabilidade, e da catástrofe e das medidas compensatórias, dando a conhecer visões diferenciadas a partir do direito, da sociologia, da economia e das finanças (seguradoras). O terceiro refere-se à realidade portuguesa, tendo em conta casos particulares que estão na ordem do dia, no que concerne à discussão pública de temas urgentes como os incêndios florestais, a gentrificação e turistificação de áreas urbanas, e participação cívica. Por último o quarto núcleo de conteúdos versa a realidade da América Latina, em especial da Colômbia e do Brasil, discutindo-se a temática da vulnerabilidade em grupos populacionais particulares, como é o caso das mulheres afrodescendentes, catadoras e catadores de lixo, trabalhadoras e trabalhadoras rurais e contextos sociais de pobreza.

A partir das conclusões e recomendações inerentes a todos os trabalhos aqui apresentados, pretende-se continuar a desenvolver investigação na área dos riscos antrópicos, em especial na dimensão social, ligando a Academia, os Operacionais, a Sociedade e a Escola, numa lógica contributiva não só para a compreensão, como também para a prevenção e mitigação de contextos de risco.

(Página deixada propositadamente em branco)

SÉRIE
RISCOS E CATÁSTROFES

Títulos Publicados:

- 1 *Terramoto de Lisboa de 1755. O que aprendemos 260 anos depois?*
- 2 *Sociologia do Risco;*
- 3 *Geografia, paisagem e riscos;*
- 4 *Geografia, cultura e riscos;*
- 5 *Alcáçache. 30 anos depois;*
- 6 *Riscos e crises. Da teoria à plena manifestação;*
- 7 *Catástrofes naturais. Uma abordagem global;*
- 8 *Catástrofes antrópicas. Uma aproximação integral;*
- 9 *Catástrofes mistas. Uma perspetiva ambiental;*
- 10 *Contribuições da Geografia para o Ensino dos Riscos;*
- 11 *Contributos da Sociedade para a Redução do Risco em Populações Vulneráveis.*

Tomos em preparação:

- 12 *Contributos da Formação para a Redução do Risco;*
- 13 *Os Riscos e a Energia;*
- 14 *Contributos da Ciência para a Redução do Risco;*
- 15 *Riscos antrópicos e geopolítica.*

(Página deixada propositadamente em branco)

RISCOS
E CATÁSTROFES



I|U **IMPRENSA DA**
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS